

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL CÂMARA DOS DEPUTADOS

(DO SR. PAULO ZARZUR)

ASSUNTO:	PROTOCO	LO N.	
Dispõe sobre a particip	pação dos empregados nos lucros das e	empres	as.
	O ART. 71 CAPUT, COMBINADO COM O ART	г. 124	, § 5º
	E-SE AO PL Nº 1.013/88. em19de_Dezembro	de 1	938
AO AROUTVO	em 19 do Dezembro	00 1	000
	DISTRIBUIÇÃO		
Ao Sr		, em	19
O Presidente da Comissão de			
Ao Sr		, em	19
O Presidente da Comissão de			
Ao Sr		, em	19
O Presidente da Comissão de			
Ao Sr		, em	19
O Presidente da Comissão de			
Ao Sr		, em	19
O Presidente da Comissão de			
Ao Sr		, em	_19
O Presidente da Comissão de			
Ao Sr		, em	19
O Presidente da Comissão de			
Ao Sr		_, em	19
Ao Sr		, em	19

SINOPSE

Projeto n.º de de	de 19
Ementa:	
Autor:	
Discussão única	
Discussão inicial	
Discussão final	
Redação final	
Remessa ao Senado	
Emendas do Senado aprovadas emde	de 19
Sancionado emde	de 19
Promulgado emde	de 19
Vetado emde	de 19
Publicado no "Diário Oficial" dede	de 19

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 1.383, DE 1988

OO SATWAMANAY

(DO SR: PAULO ZARZUR)

Dispõe sobre a participação dos empregados nos lucros das empresas.

(NOS TERMOS DO ARTIGO 71 CAPUT, COMBINADO COM O ARTIGO 124, § 5º DO REGIMENTO INTERNO, ANE XE-SE AO PROJETO DE LEI Nº 1.013/88)

GER 20.01.0007.6 - (JUL/85)



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Un terum do art 71 caput, combiuado como o art. 124 & 50 do Regiunito Interno anece-se no penelo de lei uº 1013/88. Esp 13/12/88

PROJETO DE LEI № /383 /88.

Tur dente

"Dispõe sobre a participação dos empregados nos lucros das empresas".

\$.0

Do Sr. Paulo Zarzur

O CONGRESSO NACIONAL DECRETA:

Art. 1º É assegurada aos trabalhadores, nos termos desta lei, a participação nos lucros das respectivas empresas, desvinculada da remuneração.

Art. 2^{o} As empresas distribuirão entre os seus empregados 20% (vinte por cento) do lucro apurado em balanço anual.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica às instituições filantrópicas e demais entidades sem fins lucrativos.

Art. 3º A distribuição do lucro das empresas entre os empregados deverá ser feita no mês de dezembro





de cada ano, tendo em vista tempo de serviço, valor do sal $\underline{\hat{a}}$ rio, assiduidade e produtividade, segundo critérios a serem fixados na regulamentação desta lei.

Parágrafo único. Na falta de Regulamento a distribuição dos lucros far-se-á mediante acordo coletivo de trabalho.

Art. 4º As importâncias recebidas a tít<u>u</u> lo de participação nos lucros não se incorporam ao salário nem serão consideradas para efeito da incidência de contribuições previdenciárias ou de imposto sobre a renda.

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 90 (noventa) dias a contar de sua publicação.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.



JUSTIFICAÇÃO

Já no ano de 1919, o então Deputado Deodato Maia, apresentava à Câmara proposição versando sobre a participação dos empregados nos lucros das empresas, Essa parece ter sido, no Brasil, a primeira tentativa de implantação da medida.

As Constituições de 1946, de 1967 e a Emenda Constitucional nº 1, de 1969, traziam em seu bojo o princípio que, no entanto, nunca foi aplicado por falta de regulamentação e, como tantos outros existentes, transformou-se em letra morta.

Cabe aqui, por questão de justiça, ressaltar que alguns empresários, mais conscientes da importância da integração do empregado no desenvolvimento da empresa, já vêm distribuindo parte de seus lucros, antecipando-se a qualquer obrigatoriedade legal.

Dezenas de paízes que já adotaram essa medida há algum tempo, puderam comprovar um significativo crescimento de produção das empresas abrangidas e, consequentemente, um acentuado aumento de seus lucros.

Apenas para exemplificar, podemos citar a \underline{l} guns países que nos antecederam na adoção do sistema de distr \underline{i} buição dos lucros das empresas entre os empregados: França, Inglaterra, Alemanha, Áustria, Suécia.







Nós, conseguimos agora que a nova Constituição acolhesse inúmeras e antigas reivindicações da classe trabalhado ra e, dentre elas, uma das mais impostantes é, sem dúvida alguma, a participação dos empregados nos lucros das empresas.

Tais conquistas foram muito importantes nessa fase de afirmação democrática que atravessa o País, mas, infelizmente, muitas delas, como a própria participação nos lucros, dependem de leis que as regulamentem, pois não são autoaplicáveis. Daí a razão da presente proposição que visa proporcionar ao trabalhador a efetiva participação nos lucros da empresa em que trabalha.

Há um aspecto muito importante na medida ora preconizada que desvincula, a participação nos lucros, da remune ração. Tal parcela nem mesmo estará sujeita à incidência dos encargos sociais e do Imposto soore a Renda.

Segundo dispõe nosso projeto, 20% (vinte por cento) dos lucros, apurados em balanço, serão distribuidos em dezembro aos empregados, segundo um critério que nos parece o mais justo, pois, deverá considerar o tempo de serviço, o valor do salário, a assibuidade e a produtividade dos empregados.

Fixamos, como de praxe, prazo para que o Poder Executivo regulamente a futura lei. A sua demora ou omissão, con tudo, não impedirá que a distribuição dos lucros se faça mediante acordo coletivo de trabalho, em conformidade com disposição expressa do projeto.

Acreditamos, sinceramente, que o Congresso Nacional composto pelos próprios constituintes que aprovaram o di<u>s</u> positivo consagrando a participação dos empregados nos lucros





das empresas, não deixará de acolher favoravelmente a presente proposição.

Sala das Sessões, em

DEPUTADO PAULO ZARZUR

OBSERVAÇÕES

DOCUMENTOS ANEXADOS:	
2	